

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Recensão : "Sobre a ciência política" de José Adelino Maltez

<http://hdl.handle.net/11067/4984>
<https://doi.org/10.34628/zxeb-rd79>

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Ciência política, Maltez, José Adelino, 1951- Crítica e interpretação
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, n. 02 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T17:12:34Z com informação proveniente do Repositório

O estudo ora publicado, termina com referência ao ponto 3. do plano do trabalho onde se apresentam as conclusões a que ANA M. G. MARTINS chegou, num primeiro momento a título de síntese, e num segundo momento efectuando uma pequena análise crítica comparativa do processo de elaboração da Constituição Norte Americana com o processo de integração Europeia, com intuito conclusivo de daí retirar «algumas lições possíveis para a Europa Comunitária» (p. 115). De referir ainda, a diferente bibliografia, nacional e estrangeira, consultada pela autora e que possibilitou

um «parto» tão bem sucedido, como foi o nascimento deste brilhante e útil livro não só para juristas e políticos, mas também, apoio importantíssimo nas Universidades e para todos aqueles que se interessam pelas questões da sociedade política.

São estes os aspectos essenciais do contributo fornecido pela Dr.^a ANA MARIA GUERRA MARTINS, para o estudo das origens da Constituição Norte Americana e a sua integração histórica, no actual e real âmbito de uma lição para a Europa.

Cláudia Marques Martins

JOSÉ ADELINO MALTEZ

«Sobre a Ciência Política»

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994, 398 pp.

O presente livro constitui o relatório do Concurso para professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, do Prof. JOSÉ ADELINO MALTEZ contendo o programa, conteúdo e métodos da disciplina de Ciência Política, apresentado em Agosto de 1993. Trata-se, por conseguinte, de um trabalho de índole académica, elaborado com vista às provas pú-

blicas exigidas para a progressão no professorado universitário por parte do Autor. Deve desde já dizer-se que a obra constitui uma referência inultrapassável para quem pretenda estar a par e discutir as modernas questões ligadas à autonomia da Ciência Política. Mas acresce a esse interesse o particular lastro científico-cultural que JOSÉ ADELINO MALTEZ transporta para o texto.

Desde logo cumpre assinalar que o Autor é jurista, e conceituadíssimo jurista, formado, como escreve, «nos velhos Gerais da *alma mater* da Universidade Portuguesa, a Universidade de Coimbra» (p. 11), tendo, de resto, leccionado disciplinas de carácter essencialmente jurídico, como História do Direito na Faculdade de Direito de Lisboa, e Introdução ao Estudo do Direito, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Todavia, emprestou à leccionação dessas cadeiras, e disso é prova as folhas policopiadas sobre esta última disciplina, sugestivamente subtituladas «Uma perspectiva Politológica», uma preocupação pelos «porquês da polis» (p. 13), como o Autor confessa.

É essa preocupação, patente sobretudo na sua dissertação de doutoramento, «Ensaio sobre o problema do Estado», que se complementa agora numa outra perspectiva, ao optar por dissecar o conteúdo e os métodos da disciplina de Ciência Política da Licenciatura em Relações Internacionais, qual seja a do «conhecimento politológico do político» (p. 14).

Explica ADELINO MALTEZ, em tom autojustificativo, quanto à escolha do tema do relatório para professor associado: «não encaramos a nossa carreira académica no ISCSP como uma espécie de sucedâneo daquela eventual outra que como

jurista poderíamos ter tido numa Faculdade de Direito portuguesa» (p. 17). O Autor assume assim, sem tergiversações, a sua condição de politólogo, sem deixar de enfatizar o diálogo que nesta obra, e em geral no exercício do seu *múnus* professoral, pretende estabelecer entre a «autonomia da ciência política» e a «ciência da ordem normativa do Direito» (p. 18).

Curioso, em termos de paralelismo, quanto à perspectiva metodológica utilizada, embora tendo em conta que se trata do ensino da Ciência Política numa licenciatura em Direito, é o relatório de MARCELO REBELLO DE SOUSA, sobre tema similar, intitulado «Ciência Política, conteúdo e Métodos, (Coimbra, 1989).

Não cabe, todavia, neste brevíssimo apontamento, a análise comparatística de ambas as aproximações à Ciência Política.

Encerrada esta pequena nota introdutória, relativa às razões justificativas do trabalho do Autor, vejamos sucintamente como se estrutura a obra e quais as suas grandes linhas de força.

O livro agrupa-se em três núcleos fundamentais: o primeiro sobre o método da Ciência Política, o segundo sobre o programa e o conteúdo da cadeira e o terceiro sobre a Bibliografia aconselhada.

A primeira parte da obra necessariamente mais densa, afirma e discute os aspectos mais polémicos e problematizantes da Ciência Política de ontem e de hoje: a complexidade e o globalismo, as circunstâncias do tempo e lugar onde a Ciência Política se ensina e aprende, a ciência Política como ciência cultural («só através de uma interpretação espiritualista da evolução, diversa das propostas feitas pelo marxismo e pelo desenvolvimento historicista, é que poderemos compreender as coisas políticas» (p. 36)), os signos, os referentes, as hierarquias da realidade política, os processos de análise, os «sistemas políticos» (p. 48) e o carácter científico da politologia.

A primeira parte da obra faz ainda uma larga e interessante incursão sobre o ensino da politologia nas universidades portuguesas, referindo o ensino nas Faculdades de Direito e, em capítulo autónomo, o papel de ADRIANO MOREIRA e do ISCSP, no ensino da Ciência Política. A este propósito, embora sem o fôlego de ADELINO MALTEZ, valerá a pena confrontar o artigo sobre idêntica matéria, de DIOGO LUCENA e BRAGA DA CRUZ na *Revista de Ciência Política*, n.º 2, 1985, pp. 5 e ss. «Introdução e Desenvolvimento da Ciência Política nas Universidades Portuguesas».

A concluir o momento introdutório do seu relatório o Autor discute a autonomia da Ciência Política, onde se reúnem os argumentos nucleares da obra. Assim começa por afirmar que «não podemos reduzir a ciência política a um conjunto de *policies*» já que esta não pode «ter como sinónimo o universo sincrético das ciências políticas» (p. 91). Propõe, seguidamente, uma redescoberta «daquele conceito clássico de sociedade política que ultrapassa a dialéctica Estado/Sociedade Civil» (p. 93), sem que isso signifique cair nos «preconceitos hobbesianos de uma física moral ou política praticada com o mesmo rigor que a física matemática» ou diluir a Ciência Política no universo da Filosofia política (p. 94).

Coerentemente ADELINO MALTEZ sustenta que a «Ciência Política tem algo de experimental, é uma ciência prática, um conhecimento que parte da observação dos factos e procura inserir-se no movente» (p. 96) e por essa razão se afirmou como disciplina autónoma pedagógica e cientificamente («ousamos proclamar que o estudo da política também tem direito a uma disciplina própria: a ciência política ou a politologia» (p. 100). No seu percurso argumentativo o Autor ilustra a caminhada da autonomização, salientando, com manifesta pertinên-

cia, que a «luta pela libertação da ciência política» se fez, ora a partir da Sociologia ora do Direito (p. 103). E reconhecendo embora que a disciplina tem o mesmo campo que outras ciências e saberes (a *polis*), encara esse domínio segundo uma perspectiva específica «o estudo do poder político institucionalizado de um ponto de vista globalista» (p. 107).

No balanço entre os cultores da Ciência Política como uma Teoria do Estado à maneira de JELLINECK e os adeptos de uma «Political Science» embrenhada no estudo de todos os poderes sociais, ADELINO MALTEZ supera a querela afirmando que «o Poder, poder político institucionalizado, autoridade ou Estado, é dizer o mesmo por palavras aparentemente contraditórias (p. 108). É que, argumenta, «na ciência política, cujo método tem de ser necessariamente científico, se o ambiente é o social — o homem como animal naturalmente social — a matéria de estudo é o político — o homem como animal artificialmente político, ou o homem como animal que inventou o político» (p. 107). Numa síntese final conclui o autor «o campo da política é assim o quadro estrutural do exercício do poder» (p. 111), no

qual se ordenam dados materiais e dados espirituais. Nesse sentido, pois, a Ciência Política «deve começar por ser macropolítica, não pode renunciar a enfrentar a metapolítica, nem dissolver-se analiticamente na micropolítica» (p. 112).

A segunda parte do livro é ocupada com o programa da disciplina, referenciado na especialidade, e onde naturalmente se projectam as concepções científicas e metodológicas do Autor, discutidas nos capítulos antecedentes. Assim importa destacar, a pinceladas largas, os pontos centrais do programa, a saber: O campo da Ciência Política, Os fundamentos do Pensamento Político, A Natureza do Político, O Ambiente do Político, O Corpo do Político, As formas do Político, Sede do Poder Político, Partidos Políticos, O Processo Eleitoral Demoliberal, A Poliarquia, A Imagem do Poder e Política Global.

Finalmente a última parte da obra, constitui um extenso e útilíssimo, quer para os alunos quer para os docentes da disciplina, roteiro de obras e autores sobre Política e Ciência Política, dividido em duas partes: bibliografia aconselhada e selecção de estudos sobre política.

R.L.P.